

**INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IFSC)
CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EAD (CERFEAD)
ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA A DOCÊNCIA NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**EVASÃO NO *CAMPUS* CAMPOS GUARUS DO IFF: UM DIAGNÓSTICO DOS
CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS E SUBSEQUENTES.**

**Trabalho de Conclusão
JONATHAN VELASCO DA SILVA**

**Florianópolis/SC
2017**

JONATHAN VELASCO DA SILVA

**EVASÃO NO *CAMPUS* CAMPOS GUARUS DO IFF: UM DIAGNÓSTICO DOS
CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS E SUBSEQUENTES.**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Centro de
Referência em Formação e EaD (CERFEAD) do Instituto Federal de
Santa Catarina (IFSC) como requisito parcial para Certificação do Curso
de Pós-Graduação *lato sensu* em Formação Pedagógica para a Docência na
Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^a. Maria dos Anjos Lopes Viella, Dra.

Florianópolis/SC
2017

JONATHAN VELASCO DA SILVA

**EVASÃO NO *CAMPUS* CAMPOS GUARUS DO IFF: UM DIAGNÓSTICO DOS
CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS E SUBSEQUENTES.**

Este Trabalho de Conclusão foi julgado e aprovado para a obtenção do título de Especialista em Formação Pedagógica para a Docência na Educação Profissional e Tecnológica do Centro de Referência em Formação e EaD do Instituto Federal de Santa Catarina (CERFEAD/IFSC).

Florianópolis, 09 de Agosto de 2017.

.....
Prof. Carlos Alberto da Silva Mello, MSc.
Coordenador do Programa

BANCA EXAMINADORA

.....
Orientadora: Prof^a. Maria dos Anjos Lopes Viella, Dra.

.....
Prof^a. Márcia Eunice Lobo, Dra.

.....
Prof^a. [Suely Fernandes Coelho Lemos](#), Dra.

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha esposa que muito tem me incentivado na caminhada dos estudos da educação ao longo de minha trajetória como docente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Deus todo poderoso, criador dos céus e da terra, e que me sustenta a cada dia com força, sabedoria e com suas misericórdias.

Agradeço à Professora Dra. Maria dos Anjos Lopes Viella, pelo incentivo, força, paciência, colaboração e compreensão durante a conclusão deste trabalho.

Ao Instituto Federal Fluminense, instituição que trabalho, que tem me proporcionado crescimento profissional e pessoal na luta por oferecer uma educação de qualidade, promovendo uma educação técnica, cultural, humanística e crítica a seus alunos.

Ao Instituto Federal de Santa Catarina pela iniciativa de realizar este curso, com tanta riqueza de conhecimento e de tão grande importância para Educação Profissional e Tecnológica.

Aos professores deste curso de pós-graduação, pelas excelentes aulas ministradas, usando sempre das inovações na forma de ensinar, com didáticas atualizadas e dinâmicas, trazendo a reflexão e o despertar por uma educação cada vez melhor.

À minha esposa Christiane Menezes Rodrigues que me auxiliou com força e ensinamentos durante a realização deste curso.

Às alunas Lanna Germano Peixoto e Kamila Rocha Bernardino, pela dedicação à pesquisa e à aplicação dos questionários.

Aos ex-alunos que participaram desta pesquisa respondendo ao questionário.

Finalmente, agradeço aos amigos do curso que me incentivaram e às vezes me “assustaram” com as notícias no whatsapp.

Epígrafe

Não abandone a sabedoria e ela protegerá você. Ame-a, e ela lhe dará segurança. Para ter sabedoria, é preciso primeiro pagar o seu preço. Use tudo o que você tem para conseguir a compreensão.

(Provérbios 4:6-7)

RESUMO

SILVA, Jonathan Velasco. **Evasão no *campus* campos guarus do iff: um diagnóstico dos cursos técnicos integrados e subsequentes**. Ano. 2017 f.40 Trabalho de Conclusão (Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Formação Pedagógica para a Docência na Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, ano 2017.

Um dos temas mais discutidos no âmbito educacional na atualidade é a permanência dos estudantes nos processos de formação, com destaque para a evasão escolar. A partir deste escopo, que avaliará tanto a evasão como a permanência, delinea-se como objetivo deste trabalho a compreensão dos motivos que podem levar à evasão escolar. Assim, esta pesquisa busca identificar as causas da evasão nos cursos técnicos integrados e subsequentes do *campus* Campos-Guarus do Instituto Federal Fluminense, a partir da realização da aplicação de questionários, por telefone, com os ex-alunos da instituição, considerados como evadidos, ou seja, aqueles que abandonaram os estudos na referida unidade de ensino. Neste estudo, identificaram-se como as grandes causas da evasão a dificuldade de conciliar o trabalho com os estudos, a opção por cursos superiores, a falta de identidade com o curso e motivos pessoais. Entende-se que as instituições federais de ensino devem construir ações educativas que visem a permanência do aluno na instituição, com vistas a conclusão do seu curso, haja vista sua função social e seu compromisso de fortalecer o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Evasão escolar. Permanência. Educação Profissional.

ABSTRACT

SILVA, Jonathan Velasco. Evasion on the Campos-Guarus *campus* of IFF: a diagnosis of the integrated and subsequent technical courses. Year 2017 f.40 Conclusion Work (*lato sensu* Postgraduate Course in Pedagogical Training for Teaching in Professional and Technological Education) - Federal Institute of Santa Catarina, Florianópolis / SC, year 2017.

One of the most discussed topics in education today is the permanence of the students in the training processes, with emphasis on school dropout. From this scope, which will evaluate both evasion and permanence, the objective of this work is to understand the reasons that can lead to school dropout. Thus, this research seeks to identify the causes of evasion in the integrated and subsequent technical courses of the Campos-Guarus campus of the Federal Fluminense Institute, from the implementation of telephone questionnaires with the alumni of the institution considered as evaders, that is, those who dropped out of school. In this study, the main causes of avoidance were identified as the difficulty to reconcile work with studies, the option for higher education, the lack of identity with the course and personal reasons. It is understood that federal educational institutions must construct educational actions aimed at the student's stay in the institution, with a view to completing its course, given its social function and its commitment to strengthen local development.

Key words: School evasion. Permanence. Professional Education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentual de evasão por curso.....	24
Gráfico 2 Distribuição Percentual das causas de Evasão no curso Subsequente	26
Gráfico 3: Distribuição Percentual das causas de Evasão no curso Subsequente de Farmácia.....	27
Gráfico 4: Distribuição Percentual das causas de Evasão no curso Subsequente de Enfermagem.....	27
Gráfico 5: Distribuição Percentual das causas de Evasão no curso Subsequente de Meio Ambiente.....	28
Gráfico 6: Distribuição Percentual das causas de Evasão no curso Subsequente de Eletromecânica.....	28
Gráfico 7: Distribuição Percentual dos Motivos de Evasão nos Cursos Técnicos Integrados.....	31
Gráfico 8: Distribuição Percentual da Faixa Etária dos Alunos dos Cursos Técnicos Integrados.....	32
Gráfico 9: Distribuição Percentual da Faixa Etária dos Alunos dos Cursos Técnicos Integrados de acordo com os Motivos Apresentados pelos Mesmos.	33

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Objetivos.....	13
1.1.1 Geral.....	13
1.1.2. Específicos.....	13
2 O CAMPUS CAMPOS GUARUS NA ESTRUTURA DO IFF.....	14
3 BASES CONCEITUAIS DE EVASÃO, RETENÇÃO, PERMANÊNCIA E ÊXITO	17
4 CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	22
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	24
5.1 Nos cursos subsequentes.....	24
5.2 Nos Cursos Técnicos Integrados.....	31
4 CONCLUSÕES.....	36
5 REFERÊNCIAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

Quer seja com o olhar voltado para a contenção da evasão e retenção escolar, quer seja pelo viés da permanência e êxito dos estudantes, percebe-se claramente grande preocupação por este tema, por parte do Ministério da Educação (MEC), da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Rede Federal), mais precisamente nos últimos dez anos. O crescimento vertiginoso fruto da expansão e a interiorização da Rede Federal têm proporcionado, desde 2006, a ampliação física e a democratização da oferta de vagas, e, assim, fez com que houvesse um aumento considerável no número de suas instituições e conseqüentemente, um crescimento no número de matrículas dos seus estudantes, culminando na abertura de oportunidades para muitos jovens e adultos da classe trabalhadora.

De 1909 a 2006, a Rede Federal contava com 140 unidades de ensino. Em 2017, são ao todo 644 unidades em 568 municípios do território nacional brasileiro, oferecendo mais de 9000 (nove mil) cursos, que estão no âmbito da Formação Inicial e Continuada (FIC), da Educação Básica Profissional e Tecnológica, das Licenciaturas, cursos de Graduação e Pós-Graduação, *lato e stricto sensu*. Até maio deste ano, o número de matrículas desta Rede era de aproximadamente 900.000 (novecentos mil) estudantes (BRANDÃO 2017).

O cenário de expansão apresentado deixa em evidência a necessidade de fortalecer a ação educacional, no sentido de tornar urgente e necessário um olhar sobre a qualidade do ensino, o atendimento à diversidade, a permanência e o êxito dos estudantes no processo educativo. Mais precisamente a partir de 2013, o debate em torno da permanência dos estudantes ou contenção da evasão e retenção escolar se intensifica uma vez que a Rede Federal é auditada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que orienta, dentre outras ações, a constituição de planos de ação que visem o tratamento desta temática.

Para o desenvolvimento do plano de ação, elaborado em resposta ao Acórdão nº 506, de 2013, do Tribunal de Contas da União (TCU), várias frentes de trabalho foram formadas. No que tange ao entendimento dos fenômenos de evasão e retenção na Rede Federal e à adoção de medidas para o seu combate, foi instituído, por meio da Portaria SETEC nº 39, de 22 de novembro de 2013, um grupo de trabalho, composto por representantes da própria Secretaria e da Rede Federal, com o propósito de sistematizar um Documento Orientador com subsídios para o planejamento de ações para o enfrentamento do fenômeno da evasão e da retenção (MEC 2014).

A partir da sistematização deste Documento Orientador, cada Instituto Federal assumiu a responsabilidade e o compromisso de construir o que se denominou Plano Estratégico para a Permanência e Êxito dos seus estudantes, que deveria ser entregue à SETEC e trabalhado no seio das comunidades acadêmicas, como resposta ao TCU das medidas que vem sendo desenvolvidas na Rede Federal para garantir a permanência e o êxito. A partir desta ação, houve um desencadeamento de inúmeros projetos de pesquisa, de extensão, de processos e práticas de ensino, de estudos, debates, discussões, publicações, enfim, o desenvolvimento de muitas frentes comprometidas com a inclusão, o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes.

Isto posto, far-se-á um breve histórico da Rede Federal, do IFF e do *campus* Campos Guarus, unidade de ensino em que foi realizada esta pesquisa. Importante ressaltar que este trabalho apresenta uma abordagem inicial acerca das causas que levam à evasão, ressaltadas pelos próprios estudantes evadidos da instituição, e que se pretende, como sinalizador para o processo de reflexão-ação para a criação e/ou fortalecimento das estratégias educacionais que devem primar pela trajetória exitosa do estudante na instituição escolar.

1.1 Objetivos

Esta pesquisa nasce no contexto da efervescência desta discussão nacional, e tem como contribuição, caracterizar causas da evasão escolar no Instituto Federal Fluminense (IFF) no campus Campos Guarus.

1.1.1 Geral

Diagnosticar as causas de evasão escolar dos cursos técnicos de nível médio integrado e subsequentes no IFFLUMINENSE no campus Campos-Guarus.

1.1.2. Específicos

- Fazer levantamento das causas da evasão nos cursos integrados e nos cursos subsequentes.
- Socializar o diagnóstico realizado entre os professores e gestores a fim de que se formule e/ou fortaleça as ações com vistas à permanência exitosa dos estudantes na instituição.

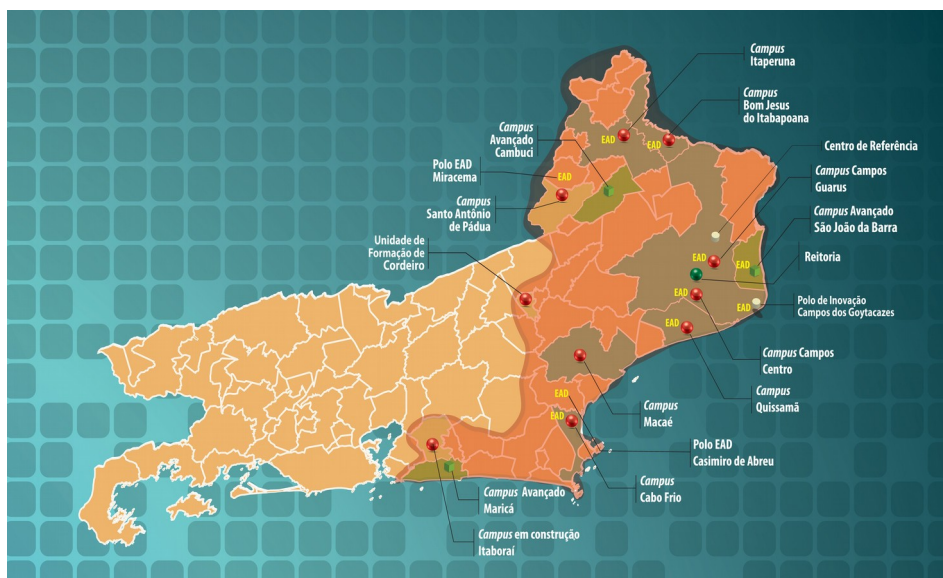
2 O CAMPUS CAMPOS GUARUS NA ESTRUTURA DO IFF

A Educação Profissional e Tecnológica está fundamentada em uma história que vem sendo construída há mais de 100 anos. Teve seu início em 1909, com a criação de Escolas de Aprendizes Artífices, que, ao longo da história, passou por transformações, reconfigurações e incorporações institucionais. Por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal), constituída por 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais), dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), 24 escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais (ETV), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e o Colégio Pedro II.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense é um dos 38 criados, em dezembro de 2008, pelo Governo Federal, com a promulgação da lei supracitada. O IFF, conforme preconiza a referida lei, em seu artigo 6º, propõe-se, dentre outras ações, a ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

O IFF está presente em diversas regiões do Estado do Rio de Janeiro, conforme Figura 1, com uma estrutura de 11 *campi*: *campus* Itaperuna, *campus* Bom Jesus do Itabapoana, *campus* Santo Antônio de Pádua e *campus* Avançado de Cambuci no Noroeste Fluminense; *campus* Campos Centro, *campus* Campos Guarus, *campus* Avançado de São João da Barra, *campus* Macaé e *campus* Quissamã, no Norte do Estado do Rio; *campus* Cabo Frio na Região dos Lagos; e *campus* Avançado de Maricá na região metropolitana. Sua estrutura ainda conta com um Centro de Referência, Pólos de EAD, e um polo de Inovação.

Figura 1 – Regiões de Atuação do IFFluminense.



Fonte: <http://portal1.iff.edu.br/reitoria/apresentacao>.

Atualmente, o IFF oferece mais de 70 cursos, que vão do FIC à Pós-Graduação *lato e stricto sensu*, contando com aproximadamente 18 (dezoito) mil estudantes (IFF 2017).

O *campus* Campos Guarus foi criado através de ato governamental da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005 e autorizado a funcionar através da Portaria Ministerial de Nº 1.971, de 18 de dezembro de 2006. Foi concebido para atender a população de Guarus, situada às margens esquerdas do Rio Paraíba do Sul, no município de Campos dos Goytacazes e consolidado dentro da Política de Expansão da Rede Federal.

Localizado e construído numa área de 20 mil metros quadrados, e 16.417 metros quadrados de área urbanizada cedida pelo 56º Batalhão de Infantaria do Exército deste município, são oferecidos atualmente nesta unidade de ensino os cursos: a) cursos técnicos de nível médio integrados em Eletrônica e Meio Ambiente; b) cursos subsequentes ao ensino médio em Farmácia, Enfermagem e Eletromecânica; c) cursos técnicos de nível médio integrados em Eletrônica e Meio Ambiente na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA); d) Cursos superiores de Licenciatura em Música e Graduação em Engenharia Ambiental. Com este universo de cursos, o campus possui hoje aproximadamente 1500 (mil e quinhentos) estudantes.

O campus Campos Guarus embora faça parte da institucionalidade centenária do IFF, possui pouco mais de dez anos de existência, estando ainda

em processo de consolidação de sua identidade institucional e pedagógica. Além disso, acrescenta-se o fato de que a implantação desta unidade de ensino se deu em uma região caracterizada como de grande vulnerabilidade social, cultural, econômica e educacional, aumentando ainda mais o desafio de se constituir políticas voltadas para a Permanência Escolar.

3 BASES CONCEITUAIS DE EVASÃO, RETENÇÃO, PERMANÊNCIA E ÊXITO

Em meados do século passado, muitos Estados Nacionais se reuniram para debater a respeito de direitos universais a todos os povos. Deste debate, adota-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em assembleia geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 10 de dezembro de 1948, que trazia um ideal comum de garantia de direitos às pessoas pertencentes a todas as nações cooperadas a esta entidade. O direito a educação é um princípio defendido neste documento, que enfatiza, o direito a instrução, a gratuidade nos níveis fundamentais, e o acesso a instrução técnico-profissional e superior (artigo 26).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88), em seu art. 6º, define a educação como um direito social, ao lado de outros, como: saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados. Como dever do Estado e da família, o direito à educação deve consolidar-se na promoção do pleno desenvolvimento da pessoa, no preparo para o exercício da cidadania e na qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, art. 205).

O educador e filósofo brasileiro, Paulo Freire, reconhecido mundialmente pela defesa da inclusão e da libertação dos povos, defende uma educação pautada nos Direitos Humanos, que se justifica, se viabilizar uma sociedade menos injusta e menos oprimida, que desperte nas pessoas atitudes e competências para a libertação e a transformação da realidade que as dominam. Dentre as inúmeras obras do autor, destaca-se o livro “Pedagogia da Autonomia” em que Freire destaca saberes primordiais no processo ensino-aprendizagem, que em suma, evocam uma prática educativa que transforma educadores e educandos, através de uma relação dialógica e reflexiva, e lhes garante o direito a uma educação que transforma e dignifica.

Cury (2008) defende a tese de que, como se trata de um direito juridicamente protegido, em especial como direito público subjetivo no âmbito educacional, é preciso que ele seja garantido e cercado de todas as condições

para que se efetive. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/1996 e o Plano Nacional de Educação (PNE) também corroboram com a CF/88 na garantia deste direito.

No que tange à Educação Profissional e Tecnológica, a LDBEN/1996 defende que esta se dê de forma “integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia”, com a finalidade precípua de conduzir “ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. Essa concepção representa a superação, tanto dos enfoques assistencialistas ou economicistas da educação profissional, quanto dos preconceitos sociais que a desvalorizavam. Neste sentido, A Educação Profissional e Tecnológica se insere no bojo de dois dos direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e o direito ao trabalho.

Os Institutos Federais, como modelos institucionais absolutamente inovadores em termos de proposta político-pedagógica, com uma característica acentuada de inclusão social, principalmente dos sujeitos juvenis e adultos trabalhadores.

Entretanto, garantir o acesso por meio de políticas públicas inclusivas por si só não garantem o sucesso dos estudantes. O clássico educacional brasileiro “A produção do fracasso escolar”, de Maria Helena Souza Patto (2000) ganhou grande destaque principalmente por apontar que o fracasso dos estudantes está diretamente relacionado aos seus condicionantes históricos e sociais. Assim, o fato de o estudante estar inserido na escola, não significa que o mesmo está incluído de fato. A este fenômeno, Kuenzer (2007) chama de inclusão excludente, que diz respeito às estratégias de inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar aos quais não correspondam aos níveis de ensino ou mesmo a qualidade do mesmo.

A evasão escolar é uma preocupante questão que se arrasta durante anos no Brasil. Não consiste apenas, em um problema de ordem escolar e familiar, mas principalmente em um problema social. Para Queiroz (2004), evasão escolar é o abandono da escola antes da conclusão de uma série ou de um determinado nível. A evasão consiste no ato ou processo de evadir, de fugir, de escapar ou esquivar-se dos compromissos assumidos ou por vir a assumir. Logo, pode-se perceber que o termo evasão tem como marca o abandono de uma instituição.

Dore e Luscher (2011), afirmam que a evasão escolar tem sido associada a situações tão diversas quanto a retenção e repetência do aluno na escola, a saída do aluno da instituição, a saída do aluno do sistema de ensino, a não conclusão de um determinado nível de ensino, o abandono da escola e posterior retorno ou ainda àqueles indivíduos que nunca ingressaram em um determinado nível de ensino. Portanto, para a pesquisadora a evasão ou abandono escolar é um processo que tem natureza multiforme:

A escolha de abandonar ou permanecer na escola é fortemente condicionada por características individuais, por fatores sociais e familiares, por características do sistema escolar e pelo grau de atração que outras modalidades de socialização, fora do ambiente escolar, exercem sobre o estudante. (DORE, 2013).

Carmo (2016) problematiza a necessidade de mudança no foco tanto das políticas públicas quanto nos estudos da evasão, defendendo a tese da permanência escolar. O estudioso defende que pensar a permanência é refletir não sobre o que falta à escola, mas no que acontece entre alunos, professores, gestores e famílias que perseveram por êxito, qualidade e sucesso, que promovem a inclusão de milhares de pessoas (p.14).

Ao construir o Documento Orientador de Combate à Evasão e Retenção Escolar (SETEC, 2014), o Ministério da Educação (MEC) à título de categorização das causas que levam a estes fenômenos, organiza os seguintes fatores ou categorias motivadoras da evasão e da retenção, adaptados às especificidades da contemporaneidade e das próprias instituições de ensino da Rede Federal: a) fatores individuais; b) fatores internos às instituições; e c) fatores externos às instituições.

Os fatores individuais estão relacionados aos aspectos peculiares às características do estudante, tais como: adaptação à vida acadêmica; capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo; compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho; descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção; encanto ou motivação com o curso escolhido; escolha precoce da profissão; qualidade da formação escolar anterior; informação a respeito do curso; outras questões de ordem pessoal ou familiar; participação e envolvimento em atividades acadêmicas;

personalidade; questões de saúde do estudante ou de familiar; e questões financeiras do estudante ou da família.

Os fatores internos às instituições são os que dizem respeito aos problemas relacionados à infraestrutura, ao currículo, a gestão administrativa e didático-pedagógica da instituição, bem como outros fatores que desmotivam e conduzem o aluno a evadir do curso.

Os fatores externos às instituições relacionam-se geralmente às dificuldades, que são as mais variadas possíveis, de o estudante permanecer no curso. Essas dificuldades podem estar relacionadas às condições econômicas e sociais desfavoráveis do aluno que o levam a desistir do curso. Um outro entrave percebido que leva igualmente o estudante a não concluir o curso é o fato dele considerar que o curso escolhido não possui reconhecimento social suficiente para que ele possa no futuro próximo, ser valorizado na profissão, ou mesmo, alcançar um espaço no mercado de trabalho naquela área.

O referido documento apresenta ainda um conjunto de conceitos, estabelecidos para serem uma referência na construção de indicadores, que são definidos por meio do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). Dentre as referências adotadas, traz-se aqui o parâmetro que se considera mais relevante para o embasamento deste estudo que é o conceito de “finalização sem êxito/insucesso”.

Considera-se que o aluno finalizou o curso sem êxito ou com insucesso, àquele que: a) foi transferido internamente: situação em que o estudante mudou de curso na mesma unidade de ensino; b) foi transferido externamente, situação em que o estudante mudou de unidade de ensino (na mesma instituição) ou mudou de instituição; c) foi desligado ou considerado desistente: situação em que o estudante comunicou formalmente, de forma espontânea, o desejo de não permanecer no curso; e por fim d) foi evadido: situação em que o estudante abandonou o curso, não realizando a renovação da matrícula ou formalizando o desligamento/desistência do curso. (SETEC, 2014).

Esta pesquisa considerou como sujeitos os estudantes da instituição classificados pelo SISTEC como evadidos. Defende-se que, quer seja por fatores individuais, externos e principalmente, por fatores internos à instituição, há uma necessidade premente na definição de políticas institucionais, quer

sejam de ordem administrativa ou pedagógica, que contribuam para a permanência e o êxito dos estudantes na instituição para que a Rede Federal cumpra plenamente sua função social de inclusão socioeducacional.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa tipo exploratória, de caráter quanti-qualitativo, teve por objetivo levantar as causas da evasão no campus Campos Guarus do IFF, de modo a contribuir com dados que permitam a proposição e realização de ações que visem a redução deste fenômeno. A pesquisa exploratória tem como proposta proporcionar maior familiaridade com o problema e explicitá-lo. (GIL, 2009).

Os sujeitos participantes do trabalho foram os ex-alunos do campus, dos cursos técnicos de nível médio integrado e subsequente, considerados evadidos, ou seja, que não concluíram seus cursos técnicos de nível médio. Esses sujeitos são compreendidos como sujeitos sociais, na medida em que considera-se sujeito um ser humano aberto a um mundo que possui uma historicidade, que ocupa uma origem familiar, que ocupa um determinado lugar social e se encontra inserido nas relações sociais. (Dayrell, 2003).

A realização desta pesquisa se deu a partir de um projeto institucional de Iniciação Científica, aprovado por edital interno do IFF, que financiou o projeto com duas bolsistas. Para o levantamento dos dados, foram elaborados e aplicados questionários individuais através de contatos telefônicos com os alunos evadidos. As informações dos sujeitos da pesquisa, foram obtidas com as devidas autorizações das instâncias superiores da instituição, por meio de seus registros acadêmicos.

Ao todo, foi informado um total de 591 estudantes evadidos, entre os ingressantes de 2007 até 2013, em turmas que já encontram-se integralizadas, ou seja, que já tinham concluído seus ciclos de estudo, dentro do tempo previsto estabelecidos nos projetos pedagógicos de curso. Dada a dificuldade de efetivar a aplicação do questionário com todo este universo, pelo motivo de não se conseguir contato com o número de telefone informado no registro escolar dos estudantes evadidos, foram entrevistados 230 sujeitos.

A pesquisa se intitula como quantitativa, uma vez que buscou apontar numericamente a frequência e a intensidade dos comportamentos dos

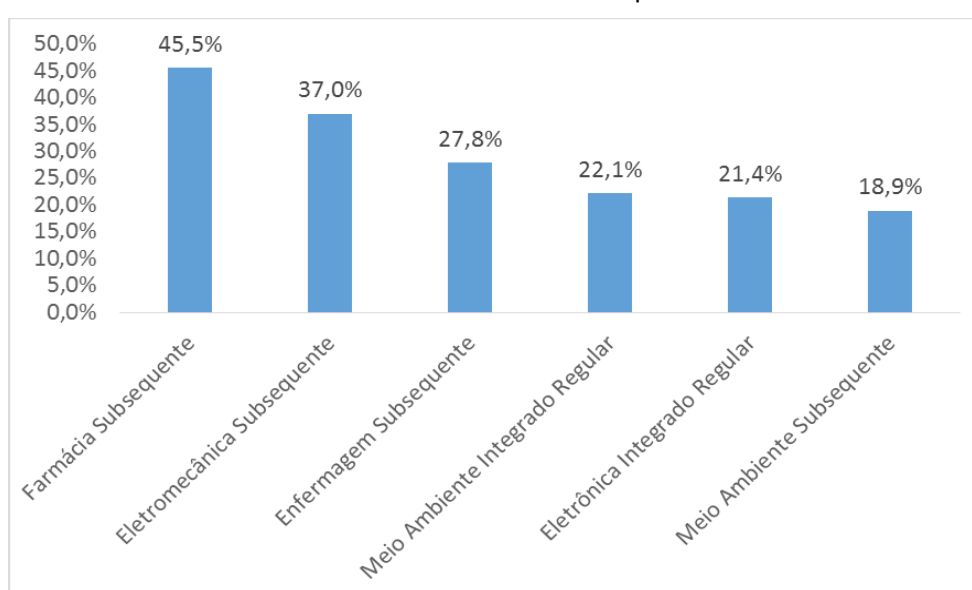
indivíduos de um determinado grupo e também qualitativa, porque se propôs articular o pesquisador com a situação pesquisada, tendo como referência a ênfase no processo. (ANDRÉ, 1995).

Neste sentido, o próximo item se propõe a detalhar os resultados encontrados no desenvolver deste trabalho vinculados às algumas análises e discussões acerca dos temas evidenciados. Os gráficos apresentados a seguir foram elaborados por mim e pelas duas estudantes bolsistas, participantes deste projeto.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A evasão nos cursos técnicos integrados e subsequentes apresenta um percentual de aproximadamente 29% entre os anos de 2007 e 2013. O Gráfico 1, apresenta o percentual de cada curso estudado nesta pesquisa.

Gráfico 1: Percentual de evasão por curso



Fonte: elaboração própria

A partir desses dados gerais, buscou-se aprofundar nos motivos que ocasionaram a evasão nestes cursos e que podem ser conferidas a seguir.

5.1 Nos cursos subsequentes

No Gráfico 2, é apresentada a distribuição percentual das causas da evasão nos cursos técnicos subsequentes. Nestes cursos, a maior causa da evasão está relacionada a conciliar o trabalho com o curso, revelando ser esta a responsável por 37% das evasões nesta modalidade de curso. Percebe-se, conforme Documento Orientador da SETEC, que esta é uma causa denominada como individual; todavia, relaciona-se diretamente aos fatores internos relacionados à instituição, uma vez que a fala dos evadidos foi de que

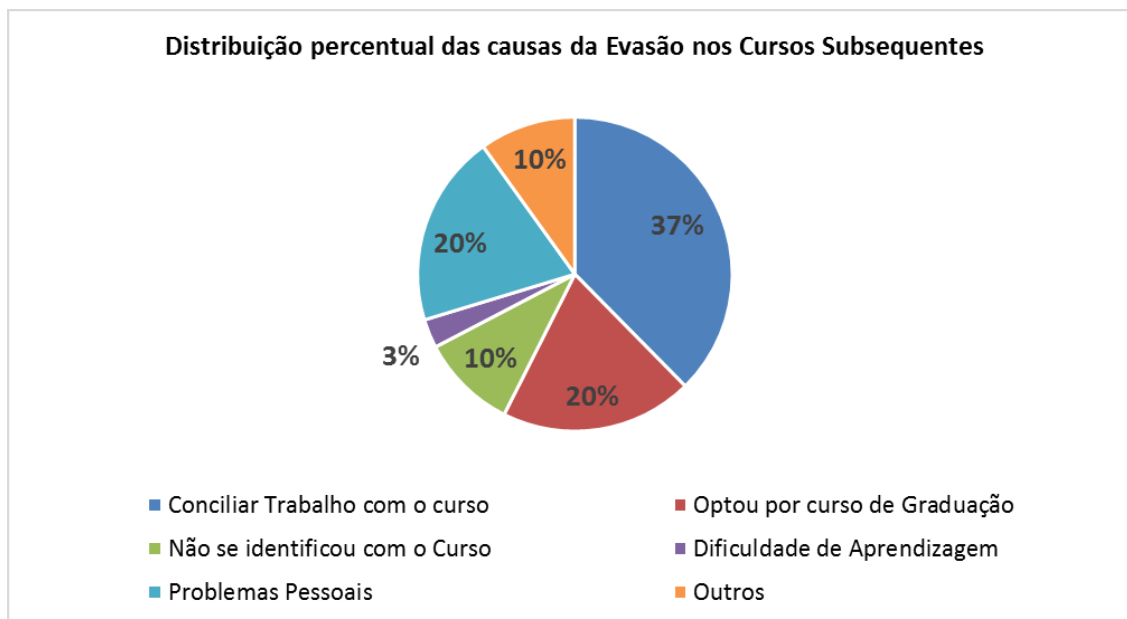
a dificuldade nesta conciliação está diretamente articulada ao currículo escolar, principalmente no que diz respeito ao horário de aulas. Os estudantes evadidos elucidaram ainda que a longa jornada de trabalho e a longa jornada de estudos, ocasionava grande desgaste físico e emocional, contribuindo para a desistência do curso.

Aproximadamente 20% dos ex-alunos entrevistados alegaram como motivo do desligamento do curso em questão, a escolha por um outro curso, em nível de graduação, em diferentes áreas. Os sujeitos afirmaram que viram possibilidades mais promissoras em suas trajetórias de vida, a realização de um curso superior, uma vez que já possuíam a educação básica concluída.

Outros 20% relataram que tiveram problemas pessoais durante o curso, tais como: falecimento de pessoas próximas, problemas relacionados à saúde, problemas de ordem familiar, gravidez durante o curso, dentre outros. No que tange a estes fatores, que são a princípio, de ordem individual, constituem-se como um grande desafio para instituições escolares, como os institutos federais, uma vez que mesmo tendo serviço de apoio multidisciplinar, composta por pedagogo, assistente social, psicólogo, médico, enfermeiro e nutricionista, ainda assim, o acompanhamento desses profissionais não é suficiente para proporcionar a permanência de todos estudantes na escola. Há que se conceber políticas públicas para nortear e efetivar as ações educacionais, com o intuito de minimizar a evasão que tenha esta causa. Considera-se ainda como fator individual outro percentual de 10%, que alegaram ter evadido do curso por motivo de dificuldade de locomoção e mudança de cidade.

Cerca de 10% dos alunos contatados afirmaram que não se identificaram com o curso, alegando não possuírem perfil para atuar profissionalmente na área do mesmo, após formação. Assim, decidiram pela desistência do curso. Pode-se inferir que o percentual de 3% dos evadidos que relataram o abandono do curso em função de dificuldade de aprendizagem, tem alguma relação com a não identificação do estudante com o curso, uma vez que esta situação provoca um desestímulo para a conclusão da escolaridade.

Gráfico 2 Distribuição Percentual das causas de Evasão no curso Subsequente

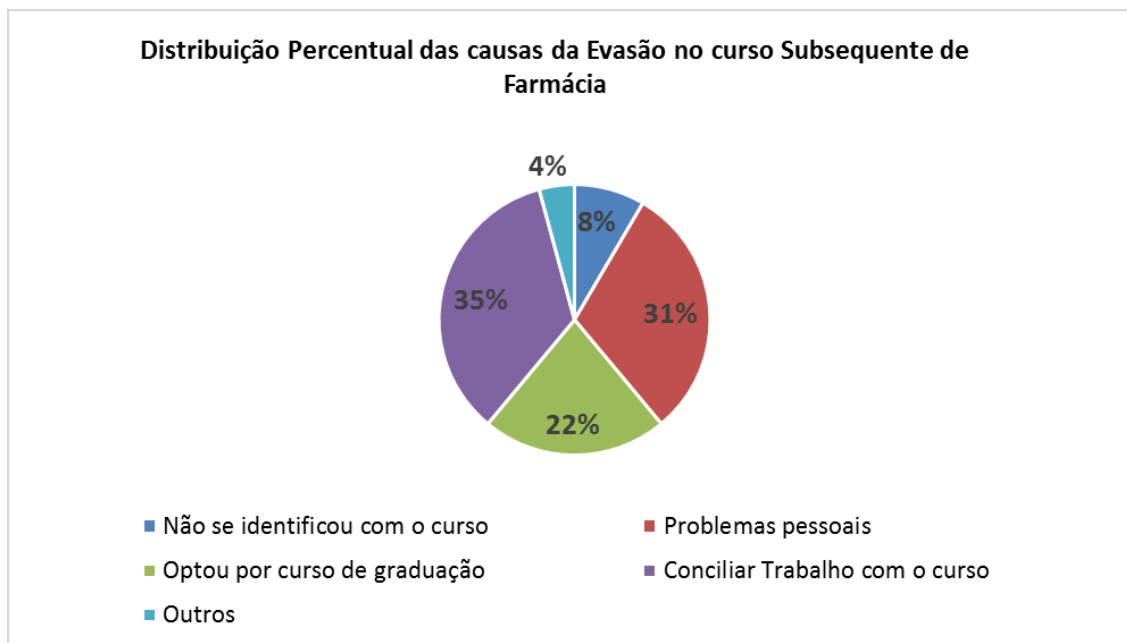


Fonte: elaboração própria.

Os Gráficos 3, 4, 5 e 6 mostram a distribuição percentual das causas da evasão por curso técnico subsequente. O Gráfico 3 refere-se ao curso Técnico em Farmácia, que aponta um percentual de evasão em 35% também por não conseguir conciliar o curso com o trabalho, principalmente no que diz respeito aos horários. Um total de 31% atribuiu o abandono do curso por motivos de ordem pessoal, tais como: gravidez, mudança de cidade, problemas familiares e receio de permanecer na escola, em função dos altos índices de violência na região em que ela está inserida.

Cerca de 22% optaram por fazer um curso superior e 8% não se identificaram com o curso, acreditando que o perfil do mesmo era outro.

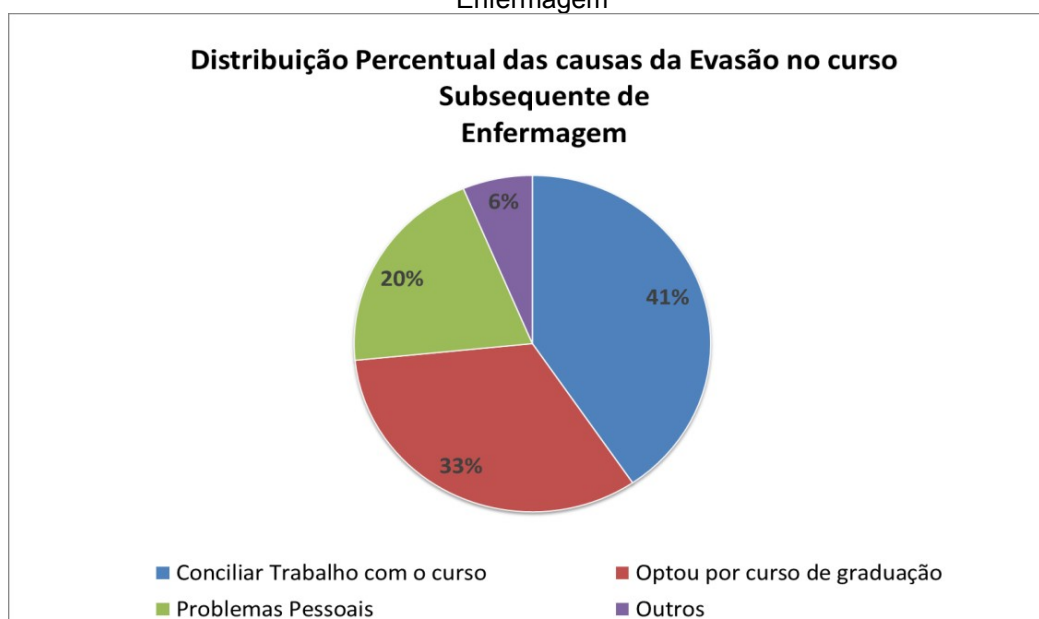
Gráfico 3: Distribuição Percentual das causas de Evasão no curso Subsequente de Farmácia



Fonte: elaboração própria.

O Gráfico 4 traz informações quanto as causas que levam a evasão no curso técnico em Enfermagem. Neste curso 41% alegaram que o motivo da evasão é a dificuldade de conciliar o curso com o trabalho, justificando o fato do curso ser diurno. Um total de 33% optou por fazer um curso de graduação e 20% justificaram a saída do curso devido a problemas pessoais.

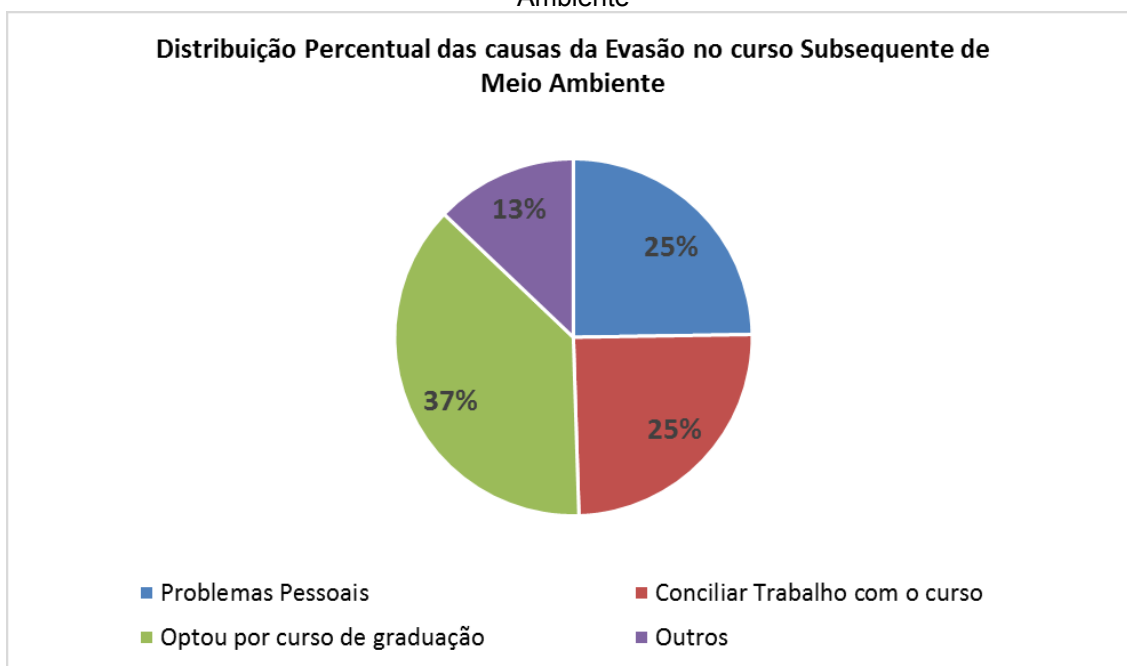
Gráfico 4: Distribuição Percentual das causas de Evasão no curso Subsequente de Enfermagem



Fonte: elaboração própria.

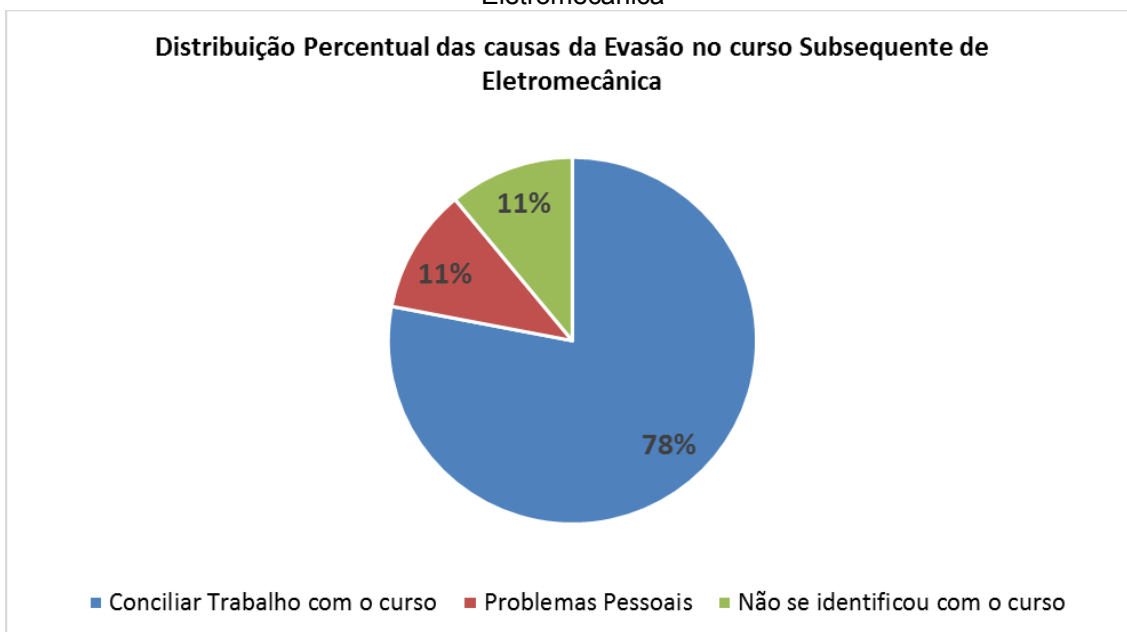
O Gráfico 5 mostra as causas que levam a evasão no curso técnico em Meio Ambiente. Neste curso 37% optaram por fazer um curso de graduação, enquanto que 25% alegaram dificuldades em conciliar o curso ao trabalho e ainda, 25% justificaram a saída do curso devido a problemas pessoais.

Gráfico 5: Distribuição Percentual das causas de Evasão no curso Subsequente de Meio Ambiente



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 6: Distribuição Percentual das causas de Evasão no curso Subsequente de Eletromecânica



Fonte: elaboração própria.

No curso técnico em Eletromecânica, o Gráfico 6 evidencia um destaque para a questão da dificuldade de conciliar o trabalho com os estudos, sendo que, 78% afirmaram ser esta a causa que levou a desistência do curso. Em torno de 11% alegou problemas pessoais e outros 11% não se identificaram com o curso.

Com relação aos cursos subsequentes, ficou evidenciado que o conciliar trabalho com o curso é o fator de maior destaque nas causas que levam o estudante a abandonar os estudos. Segundo Sais e Vieira (2016), este mesmo fator foi a maior causa da evasão nos cursos técnicos em Edificações e Eletrotécnica no campus de Criciúma do Instituto Federal de Santa Catarina. A relação escola-trabalho está diretamente relacionada às nossas instituições de ensino, e deve ser considerada principalmente no processo de formulação e reformulação dos currículos escolares. Considera-se que, se as políticas educacionais inclusivas, não considerarem as realidades de vida do público alvo para quem elas se destinam, neste caso, para os estudantes trabalhadores, não há o alcance do objetivo final de implantação do mesmo, uma vez que grande parte dos estudantes não consegue permanecer em nossas escolas. Tomaz Tadeu da Silva, uma referência importante nos estudos sobre currículo no Brasil, afirma que

Devemos pensar em formas e variedades de currículos críticos e progressistas, os quais surgiram e vão surgir a partir do encontro de educadores, estudantes e das outras pessoas envolvidas na educação com as situações concretas de suas lutas específicas. (SILVA, 1992, p.91).

Além do currículo, pode-se destacar a importância das políticas de assistência estudantil, com destaque para a regulamentada pelo Decreto de nº. 7.234, de 19 de julho de 2010, o qual dispõe sobre o Plano Nacional de Assistência Estudantil. Neste decreto tem-se como objetivo:

- I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010).

De fato, a partir das definições do decreto, é necessária a implementação de ações que realmente atendam à realidade dos estudantes no que diz respeito a sua permanência escolar. Percebe-se que embora tenhamos muitos avanços tanto no âmbito institucional, com o alargamento das ações de assistência estudantil, quanto da perspectiva da legalidade destas políticas, o que se tem de projetos neste sentido, ainda não dão conta de atender a todos os estudantes, ou pelo menos, a quem de fato necessita, que não é um grupo pequeno de estudantes. Neste sentido, nota-se que as condições sociais e econômicas influenciam diretamente na permanência dos estudantes, uma vez que grande parte deles precisa trabalhar para garantir o seu sustento, ou até de suas próprias famílias.

Outro fator de evasão que se destaca nesta modalidade de curso é a escolha por cursos de graduação. Como os estudantes dos cursos subsequentes devem possuir o ensino médio completo, é muito comum encontrarmos alunos que cursam as duas modalidades de ensino em tempo simultâneo, tendo o curso superior maior peso numa situação de decisão por um outro curso.

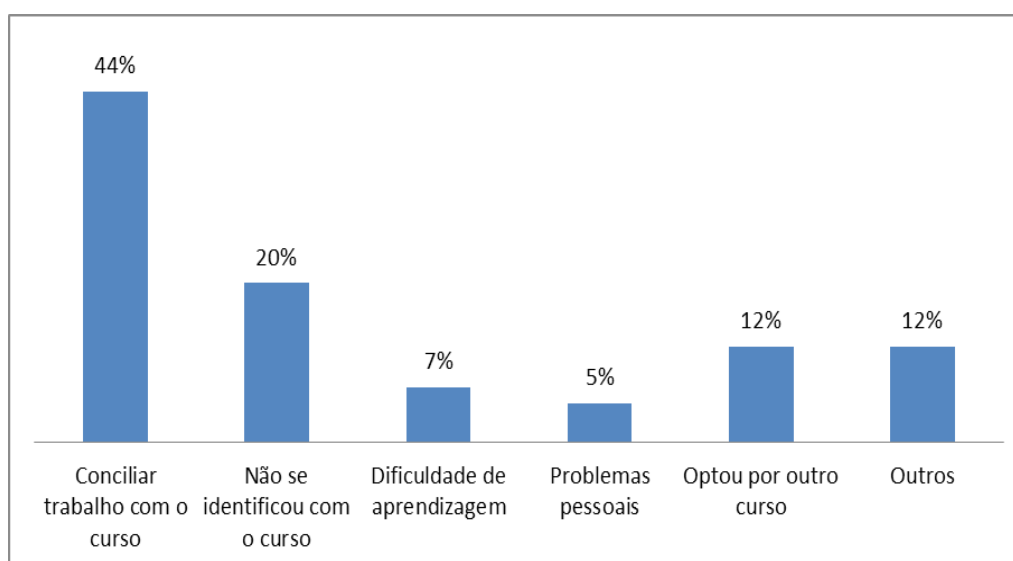
Destaca-se uma diferenciação no curso de Eletromecânica, em que um percentual bem significativo, em torno de 78%, afirmou que o motivo da evasão se deve a conciliação entre trabalho e escola. Provavelmente este motivo tem um peso bem maior, se comparado aos outros motivos, ou mesmo se comparado aos outros cursos já apresentados, uma vez que o eixo de Controle e Processos Industriais, em que se insere a Eletromecânica, tem alta empregabilidade na região devido, ao setor de petróleo, apesar do período de baixa vivido momentaneamente, em função da crise econômica que se instalou em âmbito nacional.

Quanto aos problemas pessoais, tendo em sua maioria público adulto, é muito comum termos casos de gravidez e pessoas que têm que abandonar os estudos devido a problemas de saúde própria ou familiar, pessoas que normalmente são responsáveis pelo lar e que não dispõe de estrutura financeira ou social que colabore com a frequência nos cursos.

5.2 Nos Cursos Técnicos Integrados.

O Gráfico 7 mostra a distribuição percentual dos motivos de evasão nos cursos técnicos integrados. É possível observar que 44% dos evadidos alegaram ter abandonado o curso por não conseguir conciliar com o trabalho. 20% não se identificaram com o curso, 12% optaram por outros cursos, outros 12% alegaram outros motivos, 7% disseram ter dificuldade de aprendizagem e 5% problemas pessoais.

Gráfico 7: Distribuição Percentual dos Motivos de Evasão nos Cursos Técnicos Integrados

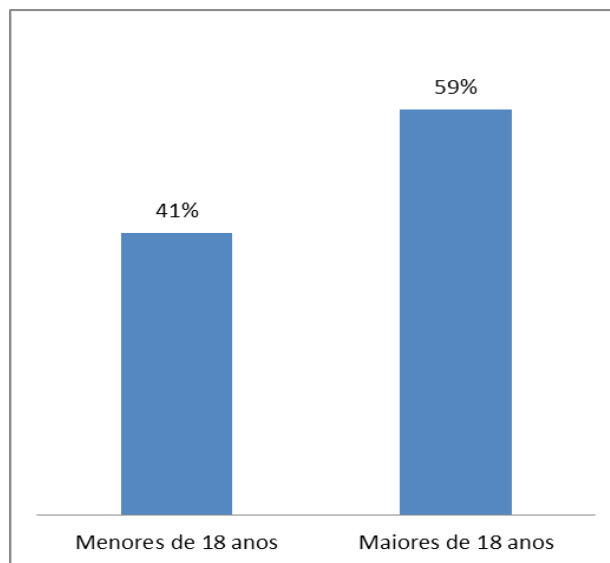


Fonte: elaboração própria.

Ao deparar-se com este percentual tão elevado da evasão pelo motivo de não conseguir conciliar os estudos com o trabalho, algumas questões surgiram, já que, os cursos integrados são voltados aos concluintes do ensino fundamental, que tem em torno de 14 a 16 anos, no momento desta conclusão. Nesta faixa etária, em que os alunos se encontram na fase da adolescência, o que não corrobora com a alta evasão devido a priorização do trabalho em detrimento do estudo.

Aprofundando as análises nesta questão, evidenciou-se que 59% dos evadidos eram maiores de 18 anos, conforme demonstra o gráfico 8.

Gráfico 8: Distribuição Percentual da Faixa Etária dos Alunos dos Cursos Técnicos Integrados

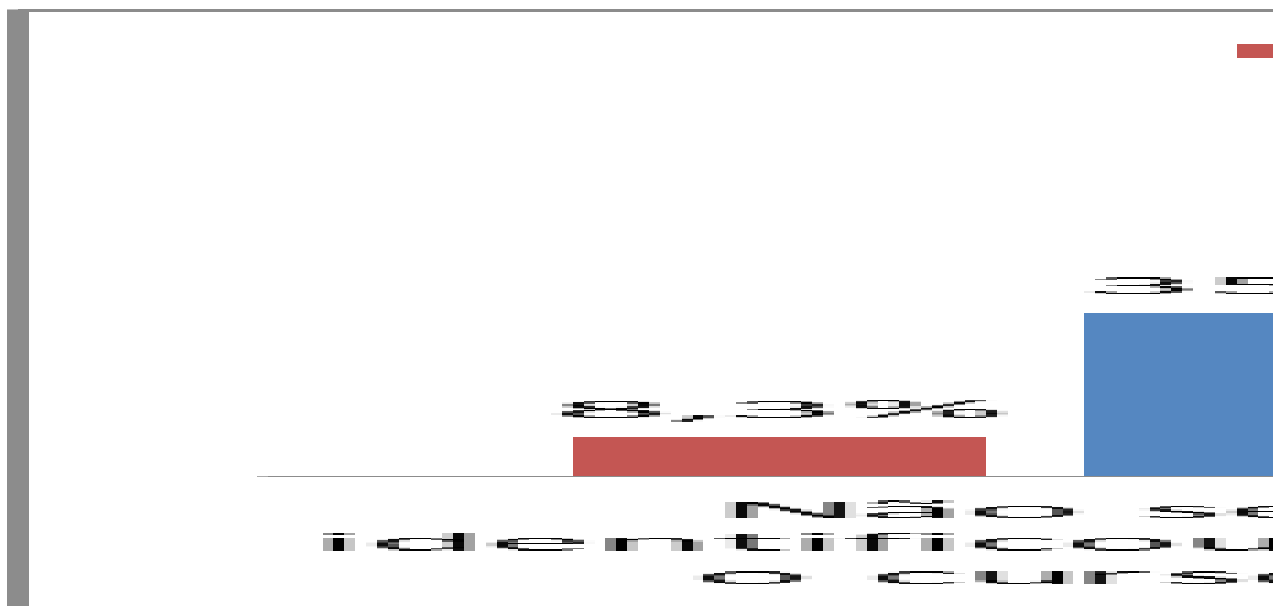


Fonte: elaboração própria.

A partir desses dados, a análise foi refeita considerando a distinção entre alunos maiores e menores de 18 anos, demonstrado no gráfico 9. É possível observar que o percentual elevado da evasão por motivo de trabalho está relacionado aos alunos maiores de 18 anos, sendo o motivo da evasão de 66,7% destes alunos.

Este fato aponta que um percentual significativo dos estudantes recebidos pelo campus Campos Guarus, apresentam já uma trajetória estudantil não exitosa, uma vez que ingressam na unidade de ensino com uma distorção idade-série considerável, tendo como referência a legislação educacional. Este tema não foi aprofundado neste trabalho, mas certamente pela idade em que os mesmos entram na instituição, ou eles tiveram um histórico de evasão e/ou repetência nos anos escolares anteriores.

Gráfico 9: Distribuição Percentual da Faixa Etária dos Alunos dos Cursos Técnicos Integrados de acordo com os Motivos Apresentados pelos Mesmos.



Fonte: elaboração própria.

Outro fator que chamou a atenção nesta análise é o fato de que 35% dos evadidos menores de 18 anos alegaram não se identificar com o curso. Este tema se apresenta como um dos mais debatidos entre os professores dos cursos integrados, justificando que os alunos são muito novos para a escolha de um curso no âmbito da Educação Profissional.

É comum observar a argumentação de muitos professores sobre as principais dificuldades dos alunos, que em seus modos de ver seria a falta de maturidade do aluno para a escolha dos cursos. Segundo aponta Silva (2004), há uma grande preocupação no campo educacional sobre a maturidade para escolha profissional, afirmando que estudantes inseridos na faixa etária compreendida entre os quinze e dezoito anos, escolhem cursos profissionais, e esta situação, na visão de muitos orientadores educacionais é pouco recomendável. O autor, neste sentido, recomenda cautela na elaboração de políticas públicas para esse fim.

Todavia, essa não é uma discussão simples de se fazer, uma vez que para aprofundar esta análise há que se considerar toda gama de pesquisas que vem sendo realizadas há décadas sobre os princípios, concepções, métodos e desafios relacionados ao ensino médio integrado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei de nº 9.394/1996, com a inclusão de artigo incluído em 2008 pela Lei nº 11.741, aponta que:

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do caput do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma: I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;

Segundo Ciavatta, (2005):

A ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão em sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos.

Ainda de acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), há uma questão a admitir que se refere a imposição da realidade, que se constitui como obrigação ética e política em garantir o oferecimento de uma formação média que tenha uma base unitária para todos, tornando-se, na concepção dos autores, uma condição necessária para se fazer a “travessia” para uma nova realidade.

A tensão premente que se coloca é: como lidar com a profissionalização precoce dos estudantes, que muitas vezes ingressam em nossas instituições e percebem no decorrer do curso, não ter afinidade com o mesmo e a necessidade de se oferecer um ensino médio que permita tanto o prosseguimento de estudos ou a inserção no mercado de trabalho? Ramos (2004) aponta um caminho que se insere na perspectiva curricular, em que se delineie um currículo que não prime apenas pela formação de técnicos, mas a formação de pessoas que compreendam a realidade e que possam também atuar como profissionais. Sugere ainda que estes currículos devem ser construídos a partir do olhar dos sujeitos do trabalho educativo e pedagógico – professores e estudantes.

Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), em uma expectativa social mais ampla, espera-se que o ensino médio integrado possa avançar na

afirmação da educação básica unitária, politécnica, que possa articular cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos e condição da cidadania.

4 CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve como objeto de estudo diagnosticar as causas da evasão nos cursos técnicos de nível médio integrado e subsequente no IFFluminense campus Campos Guarus. Para atingir este objetivo, foi necessário fazer um breve histórico da Educação Profissional no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, bem como seu processo de expansão vividos a partir do início dos anos 2000.

Fez-se necessário também, fazer uma revisão de literatura a respeito do direito à educação no Brasil e as concepções sobre evasão e permanência no campo educacional. Nota-se que a evasão escolar tem sido um desafio para os educadores, gestores e sociedade. São vários estudos realizados e várias são as causas que levam o indivíduo a evadir-se. Uma das causas que tem aparecido como a maior responsável pela evasão nos cursos técnicos é o conciliar o trabalho com os estudos, que foi identificado por SILVA (2016); FREDENHAGEM (2014); FERRARI (2014); e DORE, SALES e CASTRO (2014).

Percebeu-se que não é fácil para o estudante administrar exigências laborais e escolares, e que este processo de desgaste, físico e emocional, ocasionou o abandono em seus cursos. Entre o trabalho, com o reforço do salário, que muitos dos estudantes contam para garantir sua própria subsistência e muitas vezes, a de suas famílias, e a escola, com sua estrutura administrativa e pedagógica, que não conseguem ainda atender ao aluno trabalhador, o sujeito faz a opção pelo trabalho. Sabe-se bem que este é um fator de extrema gravidade, que ocasionará consequências futuras, uma vez que a inserção precoce dos jovens no mercado de trabalho, gerará condições de menor qualidade de vida para si e para os seus, afetando ainda, o comprometimento da qualidade dos serviços e pouco avanço da ciência e tecnologia, responsáveis pelo desenvolvimento.

Este motivo de evasão leva a algumas reflexões, uma vez que, uma das propostas dos Institutos Federais e da educação profissional é oferecer a possibilidade de acesso e ascensão profissional. Acende-se um alerta, para

busca do estabelecimento de políticas públicas que garantam não somente a inclusão dos sujeitos em nossas instituições de ensino, percebe-se a necessidade de uma discussão institucional acerca do currículo, no entendimento de que a escola e sua estrutura, da forma como está organizada, não contribui para permanência de um grande percentual de estudantes.

Além deste fator, outro que ganhou grande notoriedade foi o fato da evasão ser ocasionada porque o estudante faz a opção pelo ensino de graduação, muitas vezes na própria instituição. Considera-se que há uma necessidade no aprofundamento deste conceito de evasão, principalmente por parte da SETEC e dos institutos, no entendimento de que se a própria LDB da Educação Nacional aponta que o prosseguimento de estudos é uma finalidade do ensino médio, como considerar que o estudante evadiu se ele continua inserido nos sistemas de ensino?

Acredita-se que no próprio processo formativo, tendo como base os estudos de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), o estudante na construção de uma expectativa social mais ampla, no âmbito de sua vida pessoal e educacional, numa formação fundamentada nos princípios da cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho, possa optar pelo ensino superior, como possibilidade de uma vida de melhor qualidade. Neste sentido, o que se defende neste trabalho é o aprofundamento deste conceito, numa discussão que contemple todos os sujeitos da Rede Federal, inclusive os estudantes.

Outro motivo que ganha notoriedade neste trabalho é o fato de que muitos alunos que entram no ensino integrado não conhecem ainda sobre a área profissional do curso, e não se adaptando a este, tem na evasão, uma resposta sobre a necessidade de se respaldar melhor estudos, continuando as pesquisas sobre o tema. Entendê-lo a partir de seus próprios sujeitos facilita traçar ações para minimizar o fenômeno. Em meio a discussão e proposta de novo ensino médio em que os alunos definirão qual área se especializarão, aponta a necessidade urgente de programas realizados com alunos do ensino fundamental, na busca de ajudar a esses alunos quanto as suas decisões. No campus Campos Guarus, foi criado um programa de extensão que traz os alunos das escolas do ensino fundamental para dentro do instituto, permitindo a estes o acesso aos laboratórios e até mesmo realizarem experimentos. Esta ação tem se mostrado efetiva no seu objetivo de auxiliar os participantes em

sua identificação profissional, no entanto, ainda não existem dados suficientes para um estudo mais profundo de sua efetividade.

Salienta-se a necessidade urgente de buscar formas de reduzir a evasão nos institutos federais e nas instituições que integram a Rede Federal, uma vez que estes tem um papel fundamental no que tange o desenvolvimento de pessoas através de sua emancipação e também no desenvolvimento regional, sendo estes definidos no inciso V do Art. 7 da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, *“estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional”*.

Por fim, acredita-se que há uma necessidade urgente de que a educação de fato se concretize como direito, num processo de democratização da escola pública brasileira. Democratizar o acesso não perpassa somente pela criação de leis, ou mesmo de expansão de matrículas, ou mesmo tornando os níveis básicos de ensino como obrigatórios. A garantia deste direito só será possível, numa escola que dê condições para que seus estudantes nela permaneçam: condições de infraestrutura, condições de trabalho para os professores e condições de aprendizagem, numa sociedade mais igualitária e mais justa.

5 REFERÊNCIAS

ANDRE, M. Etnografia da prática escolar. São Paulo: Papirus, 1995.

BRANDÃO F. R. (Brasília). Conif (Org.). **A importância da Educação para o desenvolvimento regional**. 2017. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/4fd4d4a2-b55f-4ef9-9efe-432bc37846be>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988. Art. 205.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 23 dez. 1996.

_____. **Institui A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Cria Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e Dá Outras Providências**. Brasília, DF, 30 dez. 2008.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe Sobre O Programa Nacional de Assistência Estudantil - Pnaes**. Brasília, 20 jul. 2010.

CARMO, G.T. **Sentidos da permanência na educação**: o anúncio de uma construção coletiva. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, 2016.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

CURY, C.R.J. A educação básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 134, p.293-303, ago. 2008.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 24, p.40-52, dez. 2003.

_____. O jovem como sujeito social. In: Juventude e Contemporaneidade. Brasília. UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p.772-789, dez. 2011.

DORE, R. **Evasão e repetência na rede federal de educação profissional**. Maceió: Reditec, 2013

_____.; SALES, P. E. N.; CASTRO, T. L. Evasão nos cursos técnicos de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional de Minas Gerais. In: DORE, R. (Org.). **Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento**. Brasília: IFB, 2014. p. 379-413

FERRARI, F. A. **As causas e consequências do índice de evasão escolar no ensino médio da Educação de Jovens e Adultos “EJA” Professor Antonio de Almeida Junior – Osasco SP.** 2014. 43 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

FREDENHAGEM, S.V. Evasão escolar no âmbito do Instituto Federal de Brasília. **Eixo**, Brasília, v. 3, n. 2, p.49-71, dez. 2014.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GIL, R.L. **Tipos de pesquisa.** 2009. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/ecb/files/2009/09/Tipos-de-Pesquisa.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2017.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE. **IFF.** IFF em números. 2017. Disponível em <<http://www.iffemnumeros.iff.edu.br/>> Acesso em: 10 jun. 2017.

KUENZER, A. Z. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p.1153-1178, out. 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **SETEC:** Documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília: MEC, 2014.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar.** Histórias de submissão e rebeldia. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

QUEIROZ, L. D. Estudo Sobre a Evasão Escolar: para se Pensar a inclusão social. **REUNIÃO ANUAL DA ANPED, Caxambu. Anais... Caxambu**, v. 1, n. 1, p. 01, 2002.

RAMOS, M. O projeto unitário do ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. (orgs.) Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

SAIS, E.F.; VIEIRA, F. M. A evasão escolar nos cursos subsequentes de eletrotécnica e edificações do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC – *campus* de Criciúma/SC. **Criar Educação**, Criciúma, v. 6, n. 1, p.1-25, nov. 2016.

SILVA, J.C.R. **Fatores de influência na evasão escolar:** um estudo de Caso em cursos técnicos subsequentes do campus Brasília do Instituto Federal de Brasília. 2016. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária, Instituto Politécnico de Santarém, Santarém, 2016.

SILVA, J.M. **Educação escolar e trabalho no Brasil: o ensino médio**. In: Educação básica: políticas, legislação e gestão - leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning; 2004.

SILVA, T. T. **O que produz e o que reproduz em educação: ensaios de sociologia da educação**. Porto Alegre. Artes Médicas, 1992